

Assalariamento, Agricultura Familiar e Sociabilidade na Fruticultura Irrigada Nordestina

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti¹

Dalva Maria da Mota²

Resumo

O objetivo do artigo é analisar as configurações do trabalho na fruticultura irrigada Nordestina, a partir da comparação das experiências do Vale do São Francisco e do Platô de Neópolis. Pretendemos com isso, reativar a discussão sobre as formas de trabalho na agricultura, sobre o lugar de homens e mulheres nos modernos processos de produção e nas práticas de sociabilidade que se instituem. Pretende-se também, destacar as particularidades locais do trabalho, chamando a atenção para semelhanças e diferenças que evidenciam a constituição de atores em situações heterogêneas de trabalho.

Palavras-chave: Vale do São Francisco, Platô de Neópolis, Fruticultura Irrigada

Abstract

Workers, Family farming and Sociability in the Brazilian Northeast Irrigated Fruitculture

The objective of the article is to analyze the configurations of the work in the Northeastern irrigated horticulture, starting from the comparison of the experiences of the valley of San Francisco and of the Plateau of Neópolis. We intended with that, to reactivate the discussion on the work forms in the agriculture, on the men and women's place in the modern production processes and in the sociability practices that are instituted. It is also intended, to detach the local particularities of the work, getting the attention for likeness and differences that evidence the actors' constitution in heterogeneous situations of work.

Key-words: Valley San Francisco, Plateau of Neopolis, Irrigated Frutculture.

¹ Ph.D. em Sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e em Antropologia da UFPE. E-mail: Salete@npd.ufpe.br

² Socióloga Rural, M. Sc., Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. e-mail: dalvamot@elogica.com.br

Introdução

O objetivo central deste artigo é analisar as novas configurações do trabalho na fruticultura irrigada Nordestina. Pretendemos com isso, reativar a discussão sobre as formas de trabalho na agricultura, particularmente, sobre o lugar de homens e mulheres, que se assalariam temporária ou permanentemente em empresas dedicadas à produção de frutas frescas para os mercados nacional e internacional. Pretende-se também, destacar as particularidades locais do trabalho, chamando a atenção para semelhanças e diferenças que evidenciam a constituição de atores em situações heterogêneas de trabalho.

As discussões aqui realizadas têm como campo empírico o Vale do São Francisco, localizado nos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA e o Platô de Neópolis/SE, ocupando parte dos municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco; espaços de produção de frutas frescas, construídos sob o forte apoio das políticas públicas, segundo novos modelos de apropriação do território, do meio ambiente e do trabalho, orientados por estratégias locais para atendimento a padrões de qualidade e eficiência exigidos externamente.

Convivem nesses novos espaços práticas “tradicionais” e “modernas” que se aplicam visando a eficiência e controle da produção e dos trabalhadores, com efeito sobre a organização do trabalho e gestão dos empreendimentos.

No Vale do São Francisco a organização do trabalho tem privilegiado a incorporação das mulheres, em oposição à quase exclusão das mesmas no Platô de Neópolis. A predominância do trabalho registrado, em ambos os casos, contraria a tendência de intensificação do trabalho temporário e precário presente em outras regiões agrícolas latino-americanas (Bendini, 1999; Lara, 1998). A valorização das práticas e sociabilidade camponesas no Platô e a imposição de uma racionalidade baseada em padrões externos de qualidade para os trabalhadores do Vale também são diferenciais que têm influenciado na organização do trabalho e no controle dos trabalhadores, portanto, são particularidades que constituem o cerne deste artigo.

As duas áreas objeto de reflexão foram implantadas pelas políticas públicas para produção de energia e seus desdobramentos culminaram com o estabelecimento de pólos de desenvolvimento para minimizar os efeitos dessas políticas sobre as populações locais e promover o desenvolvimento regional. Os projetos do Vale do São Francisco foram efetivamente implantados em meados dos anos 70 e envolveram técnicos, empresários e agricultores familiares. A finalidade inicial era a produção de frutas e de matéria-prima para as agroindústrias, no contexto da denominada “modernização

conservadora”³. Após os primeiros cultivos, a integração à agroindústria se mostrou insustentável (Cavalcanti, 1999; Silva, 2001), e novas estratégias foram colocadas em prática, culminando com a expansão da fruticultura para exportação pela iniciativa privada no final dos anos 80. O forte apoio estatal através de fartos incentivos fiscais e financeiros e do suporte das instituições públicas como Embrapa⁴ e Codevasf⁵ foram fundamentais a consolidação de uma base produtora de frutas frescas nos anos 80 (Cavalcanti, 1998; Silva, 2001), com vinculação aos mercados nacional e internacional. "A partir de então, a atividade conhece uma rápida expansão, constituindo na região um complexo frutícola vinculado aos mercados externos e interno (Silva, 2001, p. 115).

Em 1999, a área de fruticultura no Vale do São Francisco ocupava 31 mil hectares e as principais culturas eram manga, coco, banana, uva, goiaba, dentre outras (Silva, 2001, p. 104).

O sucesso da atividade, no entanto, deve ser relativizado, pois várias empresas enfrentam dificuldades e uma parcela significativa dos pequenos produtores foram substituídos por pequenos fruticultores mais capitalizados (Cavalcanti, 1998). Como conseqüências imediatas, podemos observar a redução do nível de empregos, a exigência de mão-de-obra mais qualificada e um processo crescente de terceirização e flexibilização que, escamoteia, em muitos casos, relações precárias (Silva, 2001, p. 115).

Apesar desses limites o sucesso do Vale do São Francisco, assim como, o destaque ao empresariado como ator central⁶ no soerguimento do pólo frutícola, serviu de inspiração para a implantação do Platô de Neópolis, projeto exclusivamente para empresários, segundo um modelo que apresenta a inovação da parceria entre estes e o Estado. Coube ao Estado o planejamento e a instalação da infra-estrutura de irrigação fora dos lotes, e aos empresários, os investimentos nas parcelas, a implementação da produção e da comercialização.

³ Quando a agricultura brasileira passou por mudanças que beneficiaram regiões específicas, produtos e grupos de produtores e repercutiram na configuração de novos espaços produtivos, na modernização da base técnica de produção e na transformação das relações sociais daí decorrentes, mas também na exclusão de parcela significativa dos trabalhadores e pequenos produtores

⁴ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

⁵ Companhia de Desenvolvimento do vale do São Francisco.

⁶ Aliás, este mesmo "status" do empresariado tem sido destacado no estudos atuais de uma vertente da sociologia do trabalho, que volta a colocar o tema da modernização no centro do debate, destacando até que ponto os novos modelos (pós-fordismo, modelo japonês, etc.) estão sendo adotados em diferentes partes do mundo (Abramo & Montero, 2000, p. 86). O empresariado emerge como o ator vitorioso frente ao Estado, o sindicato. "Pero, sin embargo, se podría pensar que incluso ese (único) actor tiene un margen de libertad reducido, ya que supone que su única posibilidad de éxito sería la adecuación necesaria (y mientras más rápida mejor) a los nuevos patrones de competitividad dominantes a escala internacional" (Abramo & Montero, 2000, p. 86-87).

Na experiência do Platô, entretanto, o empresariado intensificou e ampliou suas atividades como convidado, ator central e participou de um processo de seleção em que a sua capacidade de investimentos foi avaliada, o que evidencia uma reorientação do Governo no sentido de catalisar mudanças, criando um ambiente propício aos investimentos privados em consonância com o modelo neoliberal (Neves et al., 1997).

Até dezembro/2001, 60% do projeto estava efetivamente implantado, o que corresponde a pouco mais de 4 mil hectares para um total de aproximadamente 7000. As principais culturas são coco, laranja, tangerina, limão e banana, direcionadas ao mercado nacional.

Em que pese a desproporcionalidade das áreas irrigadas nas duas experiências, o que importa reter é que o nosso objetivo é refletir sobre os impactos desses sistemas de produção na organização do trabalho, incorporando as particularidades de cada experiência, com preocupação estritamente qualitativa.

Inclusões/Exclusões das Mulheres nas Atividades da Fruticultura Irrigada

Em pesquisa realizada no Platô, Mota (2000), observou que as mulheres constituem apenas 4% do total dos trabalhadores, assim mesmo, mais da metade trabalha de forma temporária e clandestina. Já no Vale do São Francisco, Cavalcanti (1997, 1998, 1999) constatou que as novas oportunidades de emprego contribuíram, principalmente, para a ampliação do mercado de trabalho para as mulheres, tendência observada por Lara (1998) no México e por Antunes (1999) para os diferentes setores da economia mundial.

Apesar da ampliação do número de mulheres empregadas na viticultura no Vale, observam-se tentativas de reduzir sua participação no trabalho assalariado, justificado por um viés de gênero.

Nos dois casos, no entanto, há a constatação de que o número de vagas vem sofrendo uma gradativa redução pela substituição do trabalho humano pela tecnologia, a exemplo da fertirrigação e da automatização da irrigação. As mulheres são as mais prejudicadas, seja pela maior peso dos encargos trabalhistas, seja pelo fato de acumularem dupla jornada e serem responsáveis diretas pelos filhos, consequentemente, mais susceptíveis aos acontecimentos externos ao trabalho; ou ainda, pela noção usualmente compartilhada por homens e mulheres, trabalhadores da agricultura, de que a mulher só é capaz de executar tarefas leves e delicadas, o que escamoteia a qualificação obtida no dia-a-dia do trabalho.

Todas estas assertivas são válidas para o contexto do Platô, mas existem ainda outras razões que têm impedido uma incorporação mais constante das mulheres ao trabalho. Na região, as atividades das mulheres, ainda estão muito associada à ajuda e, como tal, não têm registro em sistemas de produção cuja lógica é empresarial. Em períodos anteriores à implantação do Platô as atividades como o artesanato e a pesca de camarão, eram desenvolvidas, principalmente, pelas mulheres num contexto em que o acesso a terra para agricultura estava muito limitado, assim mesmo, na condição de morada ou arrendamento. A fragilidade das unidades agrícolas de produção desta região teve como consequência a pluralidade de atividades, entra as quais o assalariamento das mulheres na cana-de-açúcar, assim mesmo, no curto tempo de funcionamento da Usina Grande Vale que empregava um número reduzido de mulheres dada a concepção de que aquele era um tipo de ambiente pouco propício as mulheres casadas. Esse ambiente tornou-se suspeito, pelas insinuações de relações amorosas, principalmente entre recrutadores da força-de-trabalho e trabalhadoras. Aliás, este é um fato observado e analisado em outras regiões do Brasil (Stolcke, 1982). Assim, segundo informações orais, esta atividade era particularmente desenvolvida pelas mulheres solteiras e limitada à adubação.

As experiências que as mulheres residentes na área do Platô acumulam como trabalhadoras na agricultura familiar, na pesca ou como assalariadas não têm distintivos positivos quando comparadas com as dos homens, com exceção da adubação manual. Aliás, esta atividade, intensa na fase de formação de pomares, tende a diminuir pela substituição pela fertirrigação. Por outro lado, em nenhuma das principais culturas implantadas no Platô (coco, laranja, tangerina), as mulheres têm um papel exclusivo. Ao contrário, na agricultura familiar ou empresarial local, a cultura do coco está intimamente associada aos homens, também na perspectiva de gênero, principalmente pelo reconhecimento de que a colheita dos frutos depende de habilidades atribuídas aos homens para escalar os coqueiros.

Apesar da possibilidade de ocupação das mulheres diminuir na adubação, tende a se expandir na polinização do maracujá, mas concentrada em apenas 03 (três) empresas e ocupando menos de 1% da área irrigada do Platô. O argumento utilizado pelos empregadores e gerentes para explicitar a preferência pelas mulheres para este tipo de atividade é a aptidão natural, semelhante ao constatado por Cavalcanti (1999) no Vale do São Francisco onde as mulheres ocupam cerca de 70% dos empregos na cultura da uva. Nos dois casos, no entanto, acreditamos que a experiência das mulheres na esfera doméstica contribui enormemente para o domínio de atividades que dependem da

coordenação motora fina, do manuseio dos pequenos músculos, imprescindível na preparação de alimentos, na costura e no trato com as crianças. Todas estas, atividades tradicionalmente circunscritas ao domínio doméstico, espaço associado às mulheres.

No Vale, a divisão sexual do trabalho é clara, há trabalho de mulheres e de homens conforme detalhado por Cavalcanti (1999, p.270). No Platô, esta classificação encontra-se em construção e só genericamente pode-se afirmar que adubação e polinização do maracujá são tarefas de mulheres. Em decorrência do pouco tempo de funcionamento do projeto e da inserção temporária e precária das mulheres, as mesmas ainda não estão associadas positivamente a um tipo de trabalho ou de ocupação.

O funcionamento ainda parcial do Platô não foi suficiente para atrair migrantes. Trabalhadores locais, residentes em povoados ou sedes municipais próximas, recrutados por redes de interconhecimento que funcionam na seleção de novos trabalhadores, formam a força-de-trabalho do Platô. Essas redes têm também um papel de controle social, exercido pelos vínculos de parentesco e amizade. Acreditamos que estas redes têm reforçado o recrutamento de homens, seja para a preservação de um padrão cultural seja pela estratégia de diminuição da pressão sobre as vagas, mas e principalmente, como parte de uma estratégia de reprodução em que compete aos homens a responsabilidade pela manutenção do grupo doméstico.

Sociabilidade no Lugar de Trabalho

Uma diferença central marca as experiências aqui analisadas: o tempo de funcionamento e a dimensão dos empreendimentos. A experiência de mais de 30 (trinta) anos, do Vale do São Francisco com impacto na economia local e ponto de atração de trabalhadores e empresários de diferentes qualificações e origens, para trabalhar temporária ou permanentemente, contribuíram para o crescimento das cidades circunvizinhas, fato inquestionavelmente relacionado à criação desse pólo de produção de frutas frescas. O Platô de Neópolis é uma experiência recente de 05 (cinco) anos, com cerca de 10% da área irrigada do Vale e que funciona quase que exclusivamente, com trabalhadores de origem local e que residem em povoados e sedes municipais circunvizinhas ao projeto. Estas características influenciam nas relações tecidas no dia-a-dia do trabalho, seja entre os trabalhadores de uma mesma empresa, seja entre as diferentes etnias.

Analisando os atores sociais no Vale do São Francisco, Cavalcanti (1999, p. 133) constatou que diferentes etnias compõem a população vinculada a agricultura irrigada. Esta diversidade étnica, com as suas especificidades culturais, influencia na organização

do trabalho, nas relações entre os trabalhadores e na constituição de identidades a partir do lugar que ocupam na produção e na sociedade local, mas, e principalmente, na forma como concebem a nova situação. As diferenças étnicas são reconhecidas e valorizadas em algumas situações.

“É assim, que ao falar da objetividade dos paulistas e italianos, ou do trabalho duro dos japoneses e seus descendentes, ou da criatividade dos nordestinos, os nossos informantes estão refletindo sobre o modo como essas diferenças convivem no cotidiano da produção” (Cavalcanti, 1999, p. 134):

No Platô de Neópolis, apesar da grande maioria dos envolvidos ter origem local, alguns gerentes que são originários do Sudeste do Brasil são taxativos na explicitação das diferenças culturais, afirmando que os nordestinos são preguiçosos, têm muita festa e não gostam de vínculos duradouros com o trabalho. Em oposição, os gerentes que têm origem local, reconhecem nos trabalhadores atributos positivos, muito embora concordem quanto à dificuldade de manter o mesmo contingente de trabalhadores por meses seguidos.

Em uma ou outra situação, a constatação é de que os empregadores, preocupados em atender prazos e padrões de qualidade buscam manter um núcleo central da força-de-trabalho, a partir de diferentes estratégias, mas e, principalmente, pela regularização da relação trabalhista. No Vale, os trabalhadores nessa condição, encontram-se sob o estrito controle de fiscais, inclusive externos, que observam o ritmo de trabalho, as relações entre os trabalhadores, mas e, principalmente, os critérios de qualidade. O condicionamento para uma racionalidade produtivista com qualidade é imposto aos trabalhadores, muito embora formas de resistência se evidenciem.

No Platô, pelas diferentes razões já discutidas, predominou a contratação de gerentes e trabalhadores de origem local, concorrendo para o fortalecimento de sociabilidades com base em relações pré-existentes. Ou seja, 40% dos trabalhadores são parentes, além das redes de recrutamento terem funcionado predominantemente com base no parentesco e na camaradagem. Neste emaranhado de relações que mesclam trabalho com relações pessoais despontam situações de reprodução de condições domésticas no trabalho, a exemplo de refeições partilhadas pelos membros de uma mesma família e a realização conjunta de percursos de idas e vindas. Mas também se reproduzem situações de forte controle social, tanto pelas hierarquias familiares em que diferentes membros da família controlam os seus membros nas condições de trabalho, como na esfera doméstica. Por outro lado, os trabalhadores recrutadores não querem se comprometer indicando pessoas que não correspondem

aos interesses das empresas. Os indicados, evitam decepcionar um amigo ou parente, temendo repercussões negativas nas relações na vida social local. Assim, estas redes têm se revelado como eficiente controle da força de trabalho, pelos compromissos de reciprocidade assumidos entre quem indica e quem é indicado. Não se observam situações de controle de conversa ou de brincadeiras entre os trabalhadores no Platô. Aliás, este é um dado que tem sido destacado pelos trabalhadores como muito positivo. Apesar desta condição o agrupamento dos trabalhadores do Platô é segmentado por sexo, seja porque as mulheres trabalham em épocas e atividades específicas, seja porque existe uma noção de que homens e mulheres trabalhando juntos comprometem um padrão moral considerado adequado.

Agricultura Familiar e Assalariamento

Comparando os dois casos aqui em análise, concordamos com Silva (2001) que na atualidade as áreas de fruticultura irrigada são pólos de serviço, não obstante os diferentes estágios de desenvolvimento em que se encontram, o que influencia na organização do trabalho e nas relações entre os proprietários e os trabalhadores.

No Vale do São Francisco a presença de “colonos” - agricultores familiares - na relação dos beneficiários dos projetos de irrigação tem sido objeto de diferentes interpretações. Os primeiros anos da agricultura irrigada foram marcados por uma estreita relação entre irrigantes e agroindústria para o processamento dos produtos, dentre os quais, o tomate. Estes irrigantes trabalhavam junto com suas famílias para produzir sob contrato. O fracasso desta tentativa levou ao enfraquecimento dos mesmos, que por este motivo foram, em grande parte, excluídos do acesso aos seus lotes. No lugar deles fortaleceram-se pequenos empresários e agricultores familiares que se beneficiaram das condições oferecidas para a produção e passaram a se preocupar com as demandas dos mercados e modernas técnicas de gestão. Os poucos colonos que permanecerão têm enfrentado momentos críticos de perda do controle dos meios de produção e pouca competitividade, dadas as exigências do mercado. Sendo assim, podemos afirmar que os novos espaços ocupados pelos agricultores familiares e o seu sucesso dependem da sua associação, de uma produção de qualidade, diversificação e ocupação de novas janelas de mercado.

O trabalho nessas unidades está também restrito ao quesito “qualificação”. Trabalhadores qualificados e também múltiplos, que possam realizar as diferentes atividades e que sejam “flexíveis”. Flexibilidade esta entendida como estar apto para realizar o trabalho em tempos pouco definidos, não requerer contrato permanente, pelo

contrário, a idéia dominante é de que eles possam ser “parceiros” no empreendimento, compartilhando com os proprietários as obrigações de produzir segundo critérios pré-estabelecidos e também os lucros eventuais, calculados com base numa conta em que são incluídos também os possíveis e reais prejuízos. Essa dependência mútua é parte da agenda de controle dos trabalhadores, registrando-se a sua vulnerabilidade. Assim, ainda que em alguns casos as redes de parentesco e amizade funcionem, o trabalhador, em geral, está só. Resultado disso é que o campo no Vale não é um espaço de morada mas essencialmente de trabalho.

Diferentemente do Vale, as atividades do Platô são desenvolvidas exclusivamente por trabalhadores assalariados e têm se concentrado muito mais na produção agrícola do que em outras etapas. Esta condição tem influenciado na preferência por trabalhadores que sejam originários da agricultura familiar.

De maneira geral, existe uma compreensão entre trabalhadores e responsáveis pelos processos de produção, de que a pessoa que é originária de famílias que lidam com a agricultura está mais capacitado para realizar o trabalho porque sabe manejar diferentes instrumentos, observar os fenômenos naturais, discernir espécies vegetais e animais e, também, porque é capaz de oferecer sugestões ao manejo de diferentes culturas e à solução de problemas do dia-a-dia. Em outras palavras, é um sujeito que acumula um conhecimento adquirido no dia-a-dia, mas que é demandado a cada minuto, mesmo que em sistemas de produção alheios as suas experiências. Por outro lado, dominar este conhecimento vai exigir menos em termos de capacitação, que nas palavras de um agrônomo um trabalhador que não tenha origem agrícola "É diferente, porque ele não tem aquela noção de fazer aquele trabalho, você tem que quebrar muito a cabeça ensinando a eles".

As interpretações dos diferentes atores quanto às características particulares dos trabalhadores originários da agricultura se concentram também na questão da adaptação dos corpos ao trabalho a céu aberto. O trabalho é realizado "quer chova quer faça sol". Roupas e corpos molhados, suor escorrendo pelos rostos e corpos, são manifestações físicas do contato do homem com a natureza diariamente neste tipo de serviço. Movimentos de levantar, abaixar, mover braços e pernas, ter contato com o solo, com ervas daninhas, com pequenos animais que pousam insistentemente nos corpos (mosquitos, moscas) também são diários.

Apesar da predominância dos informantes que acreditam na diferente capacitação dos trabalhadores originários da agricultura, uma minoria afirma que trabalhadores de diferentes origens se comportam igualmente frente ao trabalho, porque na agricultura

irrigada os procedimentos são muito diferentes dos da agricultura de sequeiro. No entanto, reconhecem que os trabalhadores que já foram agricultores se adaptam muito mais rápido aos novos requerimentos. Acredito que a propalada igualdade de capacidades para o trabalho agrícola venha da própria ampliação que este termo sofre na agricultura irrigada. Atividades de encanador, eletricitista, almoxarife etc., foram todas incorporadas à ossatura do trabalho agrícola. Visto assim, é plausível que determinadas atividades apareçam mais identificadas com uns e outros trabalhadores.

Experiências já são acumuladas pela contratação de trabalhadores de origem urbana para trabalhos tradicionalmente agrícolas (plantio, colheita, por exemplo), sem bons resultados pela falta de uma habilidade, mesmo que os trabalhadores sujeitos a esta associação sejam provenientes de diferentes experiências, como por exemplo o assalariamento na cana-de-açúcar. Analiso que o julgamento, do saber-fazer ou não, uma atividade é feito com a rapidez dos que dispõem de uma força-de-trabalho abundante e diversificada e que por isso mesmo não têm tempo para ensinar. Assim, é mais racional, economicamente falando, dispor de um trabalhador que tanto tem mais conhecimento e habilidade para fazer o trabalho, pela capacitação do saber-fazer nas suas unidades de origem, como está mais habituado a enfrentar as intempéries. O costume imprime suas marcas nos corpos.

Na escala ocupacional que elaboram mentalmente e na prática, os trabalhadores de origem urbana têm apresentado maior capacidade para os serviços burocráticos, daí, a predominância dos mesmos neste tipo de serviço. Além disso, estão mais atualizados com outros assuntos, que não aqueles específicos do trabalho agrícola.

Contrapõem-se a estas interpretações e classificações, no entanto, os interesses pessoais, que questionam todas estas idéias acerca das diferentes capacidades. Assim, ser da zona urbana pode ser apenas um distintivo, mas que não impede de apreender e fazer um bom trabalho, principalmente em um contexto em que a velocidade da mudança tecnológica exige continuamente novas habilidades e conhecimentos. Mesmo assim, para adquirir novas habilidades é necessário tempo e entre um trabalhador que já acumula saberes no campo agrícola e um que não sabe o primeiro é preferido, principalmente em um contexto em que a maioria das atividades dos trabalhadores ainda exige habilidade manual. Para uma atividade completamente automatizada como a fertirrigação, em que a capacidade requerida é principalmente saber calcular a dosagem de fertilizantes e regular os equipamentos em uma determinada unidade de tempo, a origem do trabalhador é indiferente frente a uma capacidade que pode ser rapidamente adquirida.

Para uma ou outra atividade, os entrevistados afirmam que os trabalhadores originários da agricultura estão mais acostumados ao trabalho quando comparados com os de origem urbana ou com os pescadores, não apenas pelos saber-fazer, mas e, principalmente, pelo saber-ser.

"O pessoal de pesca é um pessoal um pouco mais relaxado, eles não estão habituados a carteira assinada, a horário de trabalho e quando falta ou por algum motivo eles saem da fazenda, eles tem esse meio de convivência que é a pesca. Então eles são menos dependentes. Por isto, a opção para oferecer um trabalho vai ser sempre para alguém que é proveniente da agricultura".

Conclusões

No Vale do São Francisco, em descompasso com o sucesso dos empreendimentos, pequenos agricultores foram excluídos, o nível de emprego reduziu-se e formas de parceria foram recriadas, marginais ao sistema de proteção social e trabalhista (Silva, 2001, p. 116). As relações sociais se reconfiguraram nos planos individuais e coletivos, como consequência das divisões sociais entre os que têm ou não trabalho, entre os grupos étnicos, entre homens e mulheres e entre os produtores que tiveram acesso diferenciado às políticas públicas engendradas. No Platô, os agricultores familiares foram excluídos desde o início e o volume de empregos previsto não parece se concretizar. A região ainda não se constituiu como um polo de atração de trabalhadores, a exemplo do que ocorreu no Vale. Assim sendo, os trabalhadores locais que se inseriram no Platô estão imersos em redes sociais locais e tendem a reproduzir estas relações nos espaços de trabalho.

A valorização de trabalhadores originários da agricultura familiar no Platô e de trabalhadores mais especializados no Vale é decorrente das estratégias dos empresários e gerentes, mas também do estágio em que se encontram os empreendimentos. Para o primeiro, as atividades de plantio e de constituição dos pomares são predominantes e exigem maiores conhecimentos da agricultura. No segundo, as atividades de colheita e pós-colheita têm outros requisitos. Sem contar que os trinta anos de funcionamento do projeto já são suficientes para ter uma mão-de-obra qualificada localmente.

A diferente incorporação das mulheres está relacionada aos saberes constituídos na atividade agrícola. Na região do Platô, as mulheres trabalhavam como assalariadas na cana-de-açúcar, mesmo assim, não era a atividade predominante em uma região que tem o artesanato e a pesca como atividades muito importantes e um limitado acesso

a terra. Neste sentido, instituiu-se um padrão cultural em que as mulheres têm menores vínculos com a terra.

A predominância do trabalho registrado no Vale e no Platô de Neópolis têm contribuído para que sejam questionadas tendências assim como as particularidades e chamar a atenção para as influências e determinações recíprocas entre esferas da vida cotidiana⁷ e do trabalho. Evidências empíricas e análise crítica da literatura têm colocado em questão uma concepção de que os agricultores originários da agricultura familiar são inadequados ao assalariamento.

As rupturas e continuidades entre um passado “camponês” e um presente de assalariamento, questionam análises isoladas dos processos produtivos e da polarização das classes, revalorizando as teses quanto à coexistência de diferentes formas produtivas na agricultura e chamando a atenção para as novas associações entre trabalho, parentesco e trajetórias sociais, num contexto da reestruturação produtiva na agricultura, cujas conseqüências mais visíveis são a diminuição de postos de trabalho, baixos salários, inserções descontínuas e formas diárias de resistência.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Laís e MONTERO, Cecilia. (2000), "Origen y evolución de la sociologia del trabajo em América Latina", in: E. de la Garça (org.), *Tratado Latinoamericano de Sociologia del Trabajo*, México, Fondo de Cultura Económica.
- ANTUNES, Ricardo. (1999), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. 6ª edição, Campinas/São Paulo, Editora da UNICAMP/Cortez Editora.
- BENDINI, Mónica. (1999), “Entre maçãs e pêras: globalização, competitividade e trabalho”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora da UFPE,
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1997), “Frutas para o mercado global”. *Estudos Avançados*, número 29: 79-93.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; RAMOS, Juliana Vilar Ramalho e SILVA, Ana Cristina Belo da. (1998), “O trabalho feminino na agricultura de exportação. As trabalhadoras na viticultura”, in L. Abramo e A. R. de P. Abreu (orgs), *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*, São Paulo/Rio de Janeiro, ALAST.

⁷ Segundo Heller (1985, p. 18) são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.

- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (1999), "Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco", *in* J. S .B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária/UFPE.
- MOTA, Dalva Maria da. (2001), "O trabalho temporário no projeto de irrigação Platô de Neópolis, SE". *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 18:113-134.
- NEVES, Marcos Fava, LAZZARINI, Sérgio Giovanetti e MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro. (1997b), "Cenários e perspectivas para o agribusiness brasileiro". *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, SOBER, 846-861.
- SILVA, Pedro Carlos Gama da. (2001), *Articulação dos interesses públicos e privados no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, mimeo.
- STOLCKE, Verena. (1982), "A família que não é sagrada", *in* M. Corrêa (org.), *Estudos sobre a família no Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense.